

Perfil sociodemográfico de mulheres candidatas à laqueadura pelo SUS em Paraíso Do Tocantins

Sociodemographic profile of women seeking tubal ligation through the Brazilian public health system (SUS) in Paraíso do Tocantins

Stefany Silva Gonçalves¹
Ana Priscila Lima da Costa²
Mateus Silva Santos³

RESUMO

A laqueadura tubária constitui um método contraceptivo definitivo amplamente utilizado no contexto do planejamento familiar e da saúde reprodutiva feminina. O presente estudo teve como objetivo traçar o perfil sociodemográfico de mulheres candidatas à laqueadura tubária pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Paraíso do Tocantins, analisando fatores sociais, econômicos e reprodutivos relacionados à escolha pelo procedimento. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e transversal, realizada entre março e maio de 2026 com 48 mulheres participantes de encontros educativos sobre planejamento familiar. Os dados foram coletados por meio de questionário estruturado aplicado em plataforma eletrônica e analisados por estatística descritiva simples. Observou-se predominância de mulheres entre 33 e 38 anos, casadas ou em união estável, com ensino médio completo e renda familiar entre um e dois salários mínimos. Houve maior frequência de participantes com duas gestações e dois filhos vivos, além de elevado conhecimento sobre o caráter definitivo da laqueadura e seus critérios legais. Os resultados demonstraram que fatores socioeconômicos, reprodutivos e pessoais influenciam diretamente a busca pela esterilização definitiva, reforçando a importância das ações de planejamento familiar e educação em saúde no âmbito do SUS.

Palavras-chave: Método irreversível. Planejamento familiar. Retrato social. Contracepção. Tubária.

ABSTRACT

Tubal ligation is a widely used permanent contraceptive method in the context of family planning and women's reproductive health. This study aimed to outline the sociodemographic profile of women eligible for tubal ligation through the Brazilian Unified Health System (SUS) in the municipality of Paraíso do Tocantins, analyzing social, economic, and reproductive factors related to the choice of the procedure. This is a quantitative, descriptive, and cross-sectional study, conducted between March and May 2026 with 48 women participating in educational meetings on family planning. Data were collected using a structured questionnaire applied on an electronic platform and analyzed using simple descriptive statistics. A predominance of women aged 33 to 38 years, married or in a stable union, with completed secondary education and a family income between one and two minimum wages, was observed. There was a higher frequency of participants with two pregnancies and two living children, as well as a high level of knowledge about the permanent nature of tubal ligation and its legal criteria. The results demonstrated that socioeconomic, reproductive, and personal factors directly influence the pursuit of permanent sterilization, reinforcing the importance of family planning and health education initiatives within the Brazilian Unified Health System (SUS).

¹ Stefany Silva Gonçalves e Acadêmica de Medicina da Universidade de Gurupi, Campus Paraíso do Tocantins, TO, Brasil – 0009-0007-3433-733X – E-mail: stefany.s.goncalves@unirg.edu.br

² Ana Priscila Lima da Costa e Médica pela Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos, Campus Porto Nacional, TO, Brasil – 0009-0007-8252-4148 – E-mail: anapriscilamedica@unirg.edu.br

³ Mateus Silva Santos e Doutor em Medicina Tropical e Saúde Pública pela Universidade Federal de Goiás, GO, Brasil – 00001-0001-9392-4947 – E-mail: biomateus07@outlook.com

Keywords: Irreversible method. Family planning. Social portrait. Contraception. Tubal.

1. INTRODUÇÃO

A laqueadura tubária constitui um método contraceptivo definitivo amplamente utilizado no contexto do planejamento familiar e da saúde reprodutiva feminina. O procedimento é ofertado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e regulamentado no Brasil pela Lei nº 14.443/2022, responsável por atualizar os critérios legais para a esterilização cirúrgica voluntária. A legislação vigente estabelece que mulheres com idade mínima de 21 anos ou com dois ou mais filhos vivos podem ser submetidas ao procedimento, mantendo-se o prazo mínimo de 60 dias entre a manifestação da vontade e a realização da cirurgia, associado ao aconselhamento multiprofissional. Além disso, a nova normativa eliminou a obrigatoriedade de consentimento do cônjuge, ampliando a autonomia reprodutiva feminina e fortalecendo o direito ao planejamento familiar.

Nesse contexto, a laqueadura tubária representa uma importante estratégia contraceptiva definitiva, especialmente entre mulheres que já constituíram prole e não desejam novas gestações. Segundo a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), o procedimento apresenta elevada eficácia, com taxa de falha estimada em aproximadamente 0,41%. Entretanto, apesar de sua segurança e efetividade, as diretrizes nacionais reforçam a necessidade de aconselhamento prévio e apresentação de métodos contraceptivos reversíveis, assegurando que a decisão seja tomada de maneira livre, consciente e informada.

No Brasil, os métodos contraceptivos definitivos possuem ampla utilização entre mulheres em idade reprodutiva. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/IBGE) demonstram que aproximadamente 17,3 milhões de mulheres entre 15 e 49 anos já haviam realizado laqueadura tubária até o ano de 2019, evidenciando a relevância do procedimento dentro das políticas públicas de saúde reprodutiva. Além disso, o levantamento aponta que cerca de 22,9% das mulheres usuárias de métodos contraceptivos utilizavam métodos definitivos. Esses números revelam a importância da esterilização cirúrgica no cenário nacional e reforçam a necessidade de compreender os fatores sociais, econômicos e culturais envolvidos nessa escolha.

Apesar da ampla realização do procedimento no país, o acesso à informação e aos serviços de saúde ainda ocorre de maneira desigual entre diferentes regiões brasileiras. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseados no Censo Demográfico de 2022, demonstram que fatores socioeconômicos, educacionais e regionais influenciam diretamente o acesso aos serviços de saúde e ao planejamento familiar.

Mulheres em situação de vulnerabilidade social frequentemente enfrentam maiores dificuldades relacionadas ao acesso à informação, acompanhamento multiprofissional e garantia de seus direitos reprodutivos.

No estado do Tocantins, estudos relacionados à laqueadura tubária ainda são limitados, especialmente em municípios do interior. Pesquisa realizada em Palmas identificou predominância de mulheres com média de idade de 32,3 anos, geralmente em união estável ou casamento e com média superior a três gestações entre as submetidas ao procedimento. Embora esses dados contribuam para a compreensão regional do tema, ainda existe escassez de pesquisas locais que investiguem especificamente a realidade de municípios do interior, como Paraíso do Tocantins. Essa ausência de informações limita a formulação de estratégias de acolhimento e políticas públicas adaptadas às necessidades reais da população feminina local.

Dessa forma, compreender o perfil sociodemográfico das mulheres candidatas à laqueadura tubária pelo SUS torna-se fundamental para o fortalecimento das ações de planejamento familiar e assistência à saúde da mulher. Aspectos como idade, escolaridade, estado civil, renda familiar, número de filhos, conhecimento sobre os critérios legais, histórico reprodutivo, uso prévio de métodos contraceptivos e motivações para a escolha do procedimento podem influenciar diretamente a decisão pela esterilização definitiva. Parte-se da hipótese de que fatores socioeconômicos, culturais e pessoais estejam associados ao perfil das mulheres que buscam a laqueadura no contexto da atenção primária à saúde.

Além da relevância científica, a investigação possui importância social e assistencial, uma vez que poderá contribuir para o aprimoramento das práticas de acolhimento, orientação e educação em saúde voltadas ao planejamento reprodutivo. O conhecimento do perfil dessas mulheres possibilita o desenvolvimento de estratégias mais direcionadas às necessidades locais, fortalecendo a autonomia feminina e promovendo o acesso qualificado às informações sobre contracepção definitiva.

Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo traçar o perfil sociodemográfico de mulheres candidatas à laqueadura tubária pelo SUS no município de Paraíso do Tocantins, analisando fatores sociais, econômicos e reprodutivos relacionados à escolha pelo procedimento, de modo a contribuir para a produção científica regional e para o aprimoramento da assistência em saúde reprodutiva na atenção primária.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, de natureza quantitativa, descritiva e transversal, desenvolvida com o objetivo de traçar o perfil sociodemográfico de mulheres candidatas à laqueadura tubária pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Paraíso do Tocantins. Estudos transversais permitem analisar características de determinada população em um período específico, possibilitando identificar aspectos sociodemográficos, reprodutivos e relacionados ao planejamento familiar.

A pesquisa foi realizada no município de Paraíso do Tocantins, durante o período de março a maio de 2026, com mulheres participantes de palestras e encontros educativos relacionados ao planejamento familiar. O estudo contou com apoio da Universidade de Gurupi (UnirG), campus Paraíso do Tocantins, além da colaboração da Liga Acadêmica de Reprodução Humana, Ginecologia e Obstetrícia, responsável pela organização das atividades educativas.

A população do estudo foi composta por mulheres em idade reprodutiva candidatas à realização da laqueadura tubária pelo SUS. Foram incluídas mulheres com idade igual ou superior a 21 anos ou que possuíam dois ou mais filhos vivos, conforme critérios estabelecidos pela Lei nº 14.443/2022, residentes no município e que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídas participantes que apresentaram dificuldades de compreensão que impossibilitassem o preenchimento adequado do questionário, mulheres não residentes no município e formulários preenchidos de maneira incompleta ou inconsistente.

A amostra foi composta por 45 mulheres candidatas à laqueadura tubária participantes das palestras de planejamento familiar realizadas durante o período de coleta. O tamanho amostral foi definido considerando a média de participantes presentes nos encontros educativos promovidos pela Liga Acadêmica de Reprodução Humana, Ginecologia e Obstetrícia, bem como a viabilidade operacional da pesquisa e acessibilidade ao público-alvo.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário estruturado contendo perguntas objetivas relacionadas às características sociodemográficas, reprodutivas e ao conhecimento das participantes acerca da laqueadura tubária. Inicialmente, as mulheres foram convidadas a participar voluntariamente da pesquisa durante as palestras educativas sobre planejamento familiar. Após esclarecimentos sobre

os objetivos do estudo e assinatura do TCLE, as participantes responderam ao formulário eletrônico elaborado na plataforma Google Forms. O instrumento de coleta contemplou variáveis relacionadas à idade, estado civil, escolaridade, renda familiar mensal, número de gestações, número de filhos vivos, histórico cirúrgico relacionado à saúde reprodutiva, conhecimento sobre a laqueadura tubária e seus critérios legais, orientação prévia sobre outros métodos contraceptivos, influência familiar ou conjugal na decisão pelo procedimento, método contraceptivo utilizado e principais motivações para a escolha da esterilização definitiva.

Os dados coletados foram organizados em planilhas eletrônicas e analisados por meio de estatística descritiva simples, utilizando frequências absolutas e relativas, além de medidas de tendência central e distribuição percentual das variáveis analisadas. Os resultados foram apresentados em tabelas e gráficos para melhor visualização das informações obtidas. A análise estatística foi realizada utilizando o software Microsoft Excel®.

O presente estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Gurupi (CEP/UnirG), sob parecer nº 8.253.417, em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos. Todas as participantes foram previamente esclarecidas acerca dos objetivos, riscos e benefícios da pesquisa, participando voluntariamente mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram assegurados anonimato, confidencialidade das informações coletadas e liberdade para desistência da pesquisa em qualquer momento, sem quaisquer prejuízos às participantes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos permitiram caracterizar o perfil sociodemográfico, reprodutivo e contraceptivo das mulheres candidatas à laqueadura tubária pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Paraíso do Tocantins. Foram analisadas variáveis relacionadas à faixa etária, estado civil, escolaridade, renda familiar, histórico reprodutivo, conhecimento sobre o procedimento e métodos contraceptivos utilizados, possibilitando identificar características predominantes entre as participantes do estudo.

Os resultados do presente estudo demonstraram predominância de mulheres entre 33 e 38 anos (37,5%) entre as candidatas à laqueadura tubária pelo SUS em Paraíso do Tocantins. Esse achado é semelhante ao observado em estudos nacionais sobre

esterilização feminina, os quais evidenciam maior procura pelo procedimento em mulheres adultas que já consolidaram o planejamento reprodutivo e possuem maior estabilidade familiar e financeira (Melo et al., 2022; Lucena et al., 2025). Estudos realizados em outros municípios brasileiros também identificaram média etária próxima aos 30 anos entre mulheres submetidas à laqueadura, reforçando que a busca pelo método ocorre predominantemente após experiências reprodutivas prévias e amadurecimento da decisão contraceptiva (Melo et al., 2022; Lucena et al., 2025).

Em relação ao estado civil, observou-se maior frequência de mulheres casadas ou em união estável (54,2%). Esse resultado pode estar relacionado ao fato de mulheres em relacionamentos estáveis frequentemente apresentarem planejamento familiar mais definido, além de maior previsibilidade reprodutiva. A literatura demonstra que a estabilidade conjugal exerce influência importante na decisão pela esterilização definitiva, principalmente após o alcance do número desejado de filhos (Lucena et al., 2025).

Quanto à escolaridade, houve predominância de ensino médio completo (45,8%). Esse dado sugere que as participantes apresentavam nível intermediário de instrução, fator que pode contribuir para melhor compreensão das orientações fornecidas durante o planejamento familiar. Estudos apontam que maior escolaridade está associada ao aumento do acesso à informação em saúde e à autonomia na tomada de decisões reprodutivas (Lucena et al., 2025). Entretanto, ainda persistem desigualdades no acesso a métodos contraceptivos reversíveis e informações qualificadas, especialmente em populações socialmente vulneráveis (Melo et al., 2022).

A renda familiar predominante entre 1 e 2 salários mínimos (79,2%) evidencia que a maior parte das participantes pertence a grupos economicamente mais vulneráveis, reforçando a importância do SUS como principal meio de acesso aos serviços de planejamento reprodutivo. Pesquisas nacionais demonstram que mulheres com menor renda apresentam maior dependência dos serviços públicos de saúde para obtenção de métodos contraceptivos e realização de procedimentos cirúrgicos eletivos, incluindo a laqueadura tubária (Lucena et al., 2025).

Tabela 1. Características sociodemográficas das participantes do estudo.

<u>Variável</u>	<u>Característica Predominante</u>	<u>n</u>	<u>%</u>
Faixa etária	33–38 anos	18	37,5
Estado civil	Casadas/união estável	26	54,2
Escolaridade	Ensino médio completo	22	45,8
Renda familiar mensal	1–2 salários mínimos	38	79,2

No que se refere ao histórico reprodutivo, observou-se predominância de mulheres com duas gestações anteriores (22,9%) e dois filhos vivos (27,1%). Esse achado está em conformidade com a legislação brasileira vigente, especialmente após as alterações promovidas pela Lei nº 14.443/2022, que estabeleceu a possibilidade de realização da laqueadura em mulheres com dois filhos vivos ou idade mínima de 21 anos (Lucena et al., 2025). Dessa forma, os resultados sugerem que muitas participantes procuraram o procedimento após atingir os critérios legais e o número de filhos desejado.

A presença de participantes sem filhos vivos (20,8%) ou sem gestações anteriores (20,8%) pode refletir mudanças recentes na legislação, que passou a permitir o acesso ao procedimento independentemente do consentimento conjugal e priorizando a autonomia reprodutiva feminina (Lucena et al., 2025). Além disso, aspectos relacionados ao desejo individual, planejamento de vida e condições clínicas específicas também podem influenciar a decisão pela esterilização definitiva mesmo em mulheres com menor histórico reprodutivo.

Em relação ao histórico cirúrgico ginecológico e obstétrico, a maioria das participantes relatou procedimentos prévios (58,3%), especialmente cesárea (37,5%). Esse resultado é semelhante ao encontrado em estudos brasileiros sobre esterilização feminina, nos quais a cesariana aparece frequentemente associada à realização futura de laqueadura tubária (Melo et al., 2022). A elevada frequência de cesarianas observada no Brasil contribui para maior exposição das mulheres a procedimentos cirúrgicos gineco-obstétricos ao longo da vida reprodutiva.

Além disso, a identificação de procedimentos como curetagem uterina, salpingectomia e miomectomia evidencia histórico prévio de acompanhamento ginecológico e acesso aos serviços de saúde. Esses fatores podem favorecer maior contato com orientações sobre planejamento familiar e métodos contraceptivos, influenciando diretamente a escolha pela laqueadura (Melo et al., 2022).

Tabela 2. Características reprodutivas e histórico gineco-obstétrico

<u>Variável</u>	<u>Característica Predominante</u>	<u>n</u>	<u>%</u>
Número de gestações	2 gestações	11	22,9%
Número de filhos vivos	2 filhos	13	27,1%
Histórico cirúrgico	Presença de procedimento prévio	28	58,3%
Procedimento mais frequente	Cesárea	18	37,5%

Os resultados demonstraram elevado nível de conhecimento das participantes acerca do caráter definitivo da laqueadura tubária (87,5%), bem como dos critérios legais para sua realização pelo SUS (77,1%). Esse achado sugere efetividade das ações educativas desenvolvidas nos serviços de atenção primária e durante os encontros de planejamento familiar. A legislação atual reforça a necessidade de aconselhamento multiprofissional e oferta de informações claras antes da realização do procedimento, visando garantir decisão consciente e autonomia reprodutiva (Brasil, 2022; Lucena et al., 2025).

A maioria das participantes também relatou ter recebido orientações sobre possíveis complicações cirúrgicas (85,4%) e métodos contraceptivos alternativos (83,3%). Esse resultado está de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde, que recomendam abordagem ampla sobre métodos reversíveis antes da esterilização definitiva (Brasil, 2002). A adequada orientação prévia reduz riscos de arrependimento pós-procedimento e

fortalece a tomada de decisão informada (Lucena et al., 2025).

Entre as principais motivações para escolha da laqueadura tubária, destacou-se o fato de as mulheres considerarem já ter atingido o número desejado de filhos (37,5%). Esse resultado é frequentemente descrito em estudos nacionais sobre planejamento familiar, nos quais a esterilização definitiva é percebida como método seguro e eficaz após consolidação do projeto reprodutivo (Lucena et al., 2025). Outros fatores relatados, como dificuldades de adaptação a métodos hormonais, condições clínicas e ausência de desejo de novas gestações, também são descritos na literatura como importantes determinantes para escolha da laqueadura (Lucena et al., 2025).

Quanto aos métodos contraceptivos utilizados no momento da pesquisa, observou-se maior frequência do uso de anticoncepcionais hormonais orais (22,9%) e preservativos (20,8%). Esses resultados acompanham o perfil contraceptivo brasileiro descrito em estudos populacionais, nos quais os métodos hormonais ainda representam as principais formas de contracepção feminina (Lucena et al., 2025). Entretanto, a presença de mulheres sem utilização de qualquer método contraceptivo evidencia possíveis lacunas no acesso contínuo ao planejamento familiar e reforça a importância da ampliação de estratégias educativas e de acesso aos métodos reversíveis no âmbito do SUS (Melo et al., 2022; Lucena et al., 2025).

Além dos fatores socioeconômicos, aspectos culturais e pessoais também parecem influenciar a decisão pela laqueadura tubária. Elementos relacionados ao planejamento de vida, à percepção sobre maternidade, à autonomia reprodutiva e à dinâmica familiar podem contribuir para a escolha do método definitivo, independentemente da condição financeira das participantes. Estudos nacionais apontam que fatores subjetivos, como o desejo individual de não ter mais filhos, sobrecarga materna e estabilidade conjugal, exercem importante influência na decisão pela esterilização feminina (Lucena et al., 2025).

Tabela 3. Conhecimento sobre laqueadura tubária e métodos contraceptivos

Variável	Característica Predominante	n	%
Caráter definitivo da laqueadura	Possui conhecimento	42	87,5

Variável	Característica Predominante	n	%
Orientações sobre complicações	Recebeu orientação	41	85,4
Métodos contraceptivos alternativos	Recebeu orientação	40	83,3
Crítérios legais (Lei 9.263/96)	Possui conhecimento	37	77,1
Principal motivação	Prole completa (nº de filhos atingido)	18	37,5
Método contraceptivo prévio	Anticoncepcional oral	11	22,9

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu traçar o perfil sociodemográfico de mulheres candidatas à laqueadura tubária pelo Sistema Único de Saúde no município de Paraíso do Tocantins, alcançando os objetivos propostos pela pesquisa. Observou-se predominância de mulheres adultas, casadas ou em união estável, com ensino médio completo, baixa renda familiar e histórico reprodutivo compatível com os critérios legais atualmente estabelecidos para realização do procedimento.

Os resultados evidenciaram que fatores socioeconômicos, reprodutivos e pessoais influenciam diretamente a busca pela laqueadura tubária, destacando-se o número desejado de filhos já alcançado, o conhecimento prévio sobre o caráter definitivo do método e o acesso às orientações fornecidas durante o planejamento familiar. Além disso, verificou-se elevada proporção de mulheres que receberam informações sobre complicações cirúrgicas e métodos contraceptivos alternativos, sugerindo efetividade das ações educativas desenvolvidas na atenção primária à saúde.

A pesquisa também demonstrou a importância do SUS como principal meio de acesso ao planejamento reprodutivo para mulheres em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Entretanto, a presença de participantes sem utilização regular de métodos

contraceptivos evidencia a necessidade de fortalecimento das estratégias de educação em saúde e ampliação do acesso contínuo aos métodos reversíveis.

Como limitação do estudo, destaca-se o tamanho reduzido da amostra e a realização da pesquisa em um único município, o que limita a generalização dos resultados para outras regiões. Além disso, aspectos subjetivos relacionados às influências culturais, familiares e emocionais sobre a decisão pela esterilização definitiva não puderam ser aprofundados em razão do delineamento quantitativo adotado.

Dessa forma, sugere-se a realização de novos estudos, especialmente com abordagem qualitativa e amostras mais amplas, visando aprofundar a compreensão sobre os fatores culturais, sociais e emocionais envolvidos na decisão pela laqueadura tubária. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o fortalecimento das políticas públicas de planejamento familiar, para o aprimoramento das ações educativas em saúde reprodutiva e para uma assistência mais humanizada às mulheres atendidas pelo SUS.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joelma Dias; VIANA, Janayna Araújo; SOARES, Willy Samara Costa Neves; LOPES, Sâmia Marques; SOUSA, Haigle Reckziegel de; LEITE, Cristina Limeira. Perfil sociodemográfico das mulheres que realizaram laqueadura tubária: uma revisão integrativa da literatura. **Research, Society and Development**. Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 15, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i15.23059>. Acesso em: 15 maio 2026.

BAHAMONDES, L.; FERNANDES, A.; MONTEIRO, I. Barriers to implementing and consolidating a family planning program that would meet Brazilian needs. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 8, 2017, p. 373-375. Disponível em: <https://doi.org/10.1055/s-0037-1604423>. Acesso em: 1 nov. 2025.

BHERING, M. J. História do planejamento familiar: uma área dos estudos históricos da saúde a ser valorizada. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 2016, p. 224-226. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016000100015>. Acesso em: 1 nov. 2025.

BICKERSTAFF, H.; KENNY, L. C. **Ginecologia: by Ten Teachers**. 20. ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2019. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788554651527/>. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.443, de 2 de setembro de 2022. Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, para dispor sobre o planejamento familiar. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 5 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 15 jan. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Nota Técnica nº 01/2023 – Alterações na Lei de Planejamento Familiar (Lei nº 14.443/2022)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

FEBRASGO – Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. **Laqueadura tubária: recomendações e considerações atuais**. São Paulo: FEBRASGO, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: características gerais da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde: 2019: ciclos de vida**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

LASMAR, R. B. **Tratado de Ginecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788527732406/>. Acesso em: 10 set. 2025.

LIMA, I. C. V.; CUNHA, M. D. C. D. S. O.; CUNHA, G. H. D.; GALVÃO, M. T. G. Reproductive aspects and knowledge of family planning among women with Acquired Immunodeficiency Syndrome. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo, v. 51, 2017, p. 1-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2016039403224>. Acesso em: 1 nov. 2025.

LUCENA, Rodrigo Gonçalves de; SOUSA, Jean Davison da Silva; AGUIAR, Luiz Carlos Balbino; SANTOS, Luiza Barros de Oliveira; SOUZA, Ariani Impieri; NEPOMUCENO, Mariana Maciel. **Perfil de mulheres submetidas à laqueadura tubária após alteração da legislação: estudo de corte transversal**. Recife: Faculdade Pernambucana de Saúde, 2025. Trabalho de conclusão de curso.

MELO, Barbara Sales; NASCIMENTO, Herika Eduarda Mota; ARAÚJO, Livia Gomes Barreto; MARTINS, Mariana Ribeiro; PEREIRA, Yamba Carla. Perfil de mulheres submetidas à laqueadura tubária em maternidade pública do município de Palmas, Tocantins. **Research, Society and Development**. Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 15, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i15.37935>. Acesso em: 15 maio 2026.

SANTOS, A. R.; OLIVEIRA, L. M.; COSTA, F. P. Perfil sociodemográfico de mulheres submetidas à laqueadura tubária em Palmas-TO. **Revista Científica do Tocantins**. Tocantins, v. 7, n. 2, 2021, p. 45-53.

SUNG, S.; ABRAMOVITZ, A. Tubal ligation. In: StatPearls. Treasure Island: **StatPearls Publishing**, 2024.

YANG, M.; DU, Y.; HU, Y. Complete salpingectomy versus tubal ligation during cesarean section: a systematic review and meta-analysis. **The Journal of Maternal-Fetal & Neonatal Medicine**. Londres, v. 34, n. 22, 2021, p. 3794-3802. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14767058.2019.1690446>. Acesso em: 1 nov. 2025.